

VIAGEM E MORTE EM *PEREGRINAÇÃO DE BARNABÉ DAS ÍNDIAS*,
DE MÁRIO CLÁUDIO

Dalva Calvão
(UFF)

A Morte é uma viagem e a viagem é uma morte.
(BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 1998)

Resumo

Partindo de aproximações estabelecidas entre as idéias de viagem e morte, este texto busca identificar e analisar, no romance *Peregrinação de Barnabé das Índias*, de Mário Cláudio, diferentes concepções acerca da morte, destacando, sobretudo, as experiências relacionadas ao ato de morrer vivenciadas por Barnabé, personagem central do livro. As reflexões efetuadas apontam, ao final, para o reconhecimento de relações existentes entre escrita e morte.

Palavras-chave: ficção portuguesa contemporânea; Mário Cláudio; viagem; morte; escrita.

Abstract

Taking into consideration some perceptions born from a comparison between the ideas of trip and death, this text intends to identify and analyze some of the conceptions over the conceive of death, highlighting the experiences which are related to the motion of dying accomplished by Barnabé, the main character of *Peregrinação de Barnabé das Índias*, a novel written by Mario Cláudio. In the end, our considerations point to the fact that there is a strong relation between literature and death.

Keywords: Contemporary Portuguese Fiction; Mario Cláudio; trip; death; writing

Em um de seus sentidos mais utilizados, dentro do amplo leque polissêmico em que se insere, a palavra *viagem* equivale ao próprio percurso existencial, tempo decorrido entre o nascimento e a morte, a que todos, irremediavelmente, estamos submetidos. A este primeiro sentido está, geralmente, associado outro, o da viagem que sucede ao tempo vivido e que se abre ao mistério, no espaço *post-mortem*. Uma espécie de síntese destes dois sentidos é o que Barnabé — protagonista de *Peregrinação de Barnabé das Índias*, romance de 1998 em que, unindo história e ficção, Mário Cláudio recria a primeira viagem dos portugueses às Índias — ouve de Paulo da Gama, nos momentos que antecedem a morte deste, recolhido

em um convento da Ilha Terceira, nos Açores, para onde, premido pelo estado de saúde do irmão, Vasco da Gama conduziu o navio que restara da aventura:

[...] por concluída se dá a viagem, irmãos, que a destino diverso desta jamais conduz a jornada, e para ela a agulha de todo o Norte se orienta, e não há júbilo, nem cólera, nem paciência, que esta verdade de nós alcance iludir, e quedai-vos por isso na paz, irmãos, até o Juízo iluminado pela Sagrada Eucaristia. (CLÁUDIO, 1998, p. 257).

Pode parecer evidente, num livro cujo fio condutor das ações é a viagem, que a fala de Paulo da Gama alude também, ambigualmente, ao término da viagem real aos mares do Oriente, da qual eles seriam os heróicos sobreviventes. Porém, dentro do contexto narrativo, em momento de plena consciência de seu fim próximo, será, certamente, da potência metafórica da palavra em seu sentido de existência humana que o comandante da nau São Rafael, sobretudo, se vale, sugerindo, aos que o acompanham, o valor simbólico de suas palavras. No entanto, ao mesmo tempo em que afirma a inevitabilidade do fim, a fatalidade do precário destino humano, ele aponta para a possibilidade de um reencontro, em outra dimensão: amparado na fé cristã, Paulo da Gama anuncia o início de outra viagem, confiando na existência de um novo caminho a seguir, conferindo, desta forma, uma explicação ao mistério, e neutralizando a morte definitiva pela certeza de uma continuação eterna da vida. Sua forma de entender a morte enquadra-se, desta maneira, numa perspectiva previsível dentro do pensamento dominante no contexto histórico e religioso em que ele se incluía, onde, para quem morria, abria-se a esperança de um retorno triunfal à vida e, para os que sofriam a perda, existia a expectativa do reencontro, suavizada, de imediato, pelo consolo de honrar o que partira, cultuando sua memória.

Exatamente desta forma agirá Vasco da Gama, iniciando sem demora o ritual em homenagem ao irmão, providenciando as honras póstumas de que o julgava merecedor: ao constatar a carência material do convento onde se abrigavam, consegue o comandante da expedição, com ricas famílias holandesas da ilha, tudo o que faltava para que se pudesse realizar “com a pompa requerida, o funéreo arraial.” (CLÁUDIO, 1998, p. 266). Assim, numa “câmara ancha”, o corpo de Paulo da Gama é velado por entre “negros damascos” que revestiam as paredes iluminadas por tochas (CLÁUDIO, 1998, pp. 265/266), num cenário digno da grandeza de sua condição e da tarefa histórica que acabara de realizar. Sem nos esquecermos de que tal honraria fúnebre certamente seria também uma velada forma de suavizar os remorsos e as dívidas de gratidão do irmão mais novo e mais poderoso que, como tudo indica, ocupara o lugar pertencente, por justiça, ao que acabara de morrer.

De toda esta seqüência narrativa — das palavras de Paulo da Gama às atitudes do irmão Vasco —, pode-se depreender uma concepção de morte em que, na verdade, o que continua a estar em maior evidência é a vida, aquilo que permanece no tempo e no espaço do vivido e, portanto, do conhecido: ao

morrer, espera-se a ressurreição da morte; ao chorar o morto, honra-se o que ainda pertence ao mundo, celebram-se as qualidades de um homem cuja trajetória existencial foi considerada louvável. Tanto em um caso como no outro, e mesmo quando parecem revestidos de religiosa aceitação, torna-se perceptível uma certa negação da condição inevitavelmente mortal do ser humano. Coerente com determinadas formas de se situar diante da vida e da morte, amparadas em crenças religiosas e em sistemas filosóficos que se sustentam pela justificativa na transcendência, tal atitude, que nega a morte radical, pode remeter-nos ao que Blanchot, ao analisar as relações entre a literatura e a morte, chama “morrer bem”: “Morrer bem significa morrer com decência, coerente consigo mesmo e no respeito dos vivos. Morrer bem é morrer em sua própria vida, voltado para ela e de costas para a morte, e essa boa morte indica mais delicadeza para com o mundo do que deferência pela profundidade do abismo”. (BLANCHOT, 1987, p. 97)

Entretanto, certos fatos da própria história de Paulo da Gama narrados no texto de Mário Cláudio parecem apontar para outra forma de relacionamento com a morte: diferentemente da aparente aceitação, pela confiança no Dia do Juízo recompensador do modo como se viveu na terra, como as palavras finais do navegador apregoam, esta outra atitude exibe a coragem de desafiar a morte, numa espécie de medição de forças e de empenhamento dos próprios limites, de que resultará uma inevitável mudança na relação com a vida. Ao contrário do irmão que, da infância à velhice, fora atormentado por um imenso medo, o qual, reprimido, marcara tanto a sua arrogância, quanto a sua insegurança, Paulo da Gama, durante a adolescência, logo após sofridas experiências familiares, mergulhara numa espécie de loucura mansa, concretizada na obsessão que o fazia enfrentar, sem explicações plausíveis, as ondas do mar, “numa cisma de morte e redenção, a grandes braçadas nadando contra os redemoinhos funestos da Praia Nova.” (CLÁUDIO, 1998, p. 28) Desta fase teriam vindo a desconfiança de alguns em relação à sua sanidade e o fantasma de uma espécie de fraqueza que o acompanhará pela vida afora, tornando-o preso “às contingências de eterno doente” (CLÁUDIO, 1998, pp. 101/102), o que teria impedido que ele assumisse o comando da viagem gloriosa, embora fosse, para tanto, o mais preparado dos irmãos. Porém, certamente, desta condição de exclusão também teriam vindo algumas marcas de sua personalidade que, ao mesmo tempo em que o diferenciavam do comandante-em-chefe, faziam com que ele estivesse mais próximo dos subalternos companheiros de viagem: por haver passado por uma voluntária — embora talvez não claramente consciente — experiência tangenciadora da morte, demonstrava o irmão de Vasco da Gama uma especial sensibilidade para com a trajetória humana, uma discreta tolerância em relação às falhas alheias. Tais atitudes despertarão, em contrapartida, o respeito que por ele manifestam os marujos, dentre eles Barnabé que, sob seu comando, realiza a travessia até as Índias, sendo importante que não nos esqueçamos da multiplicidade de sentidos conferidos pelo romance a esta referência geográfica: “Abalou o moço no barco que o levaria à nau ‘São Rafael’, já que mobilizado fora para servir sob o afável jugo de Paulo da Gama, e desta felicidade cobrava alento particular.” (CLÁUDIO, 1998, p. 110). Evidencia-se,

portanto, a favorável impressão que o responsável pela segunda nau causara, em oposição à desconfiança diante da figura de Vasco da Gama, durante a apresentação dos comandantes aos homens escolhidos para a empreitada:

Muito diverso era o que se não apostaria ser do mesmo sangue, dotado da fragilidade que se reconhece, e que por consequência se converteu em nobre esteio da arquitectura do corpo e da imaginação. Sorria mais do que falava, ainda que não autorizando a que nesse facto lesse o desprevenido o aval da afabilidade, e muito menos o indício da moleza. [...] À muda interpelação de Vasco, buscando não o sinal do assentimento, já que se revelaria tal coisa interpretável humilhação, mas a tranqüilidade de vogarem em águas consabidas, replicava Paulo com redobradas expansões da beatitude em que se apoiava, dela contaminando os marinheiros, carecidos de algum tempero para a agrura do semblante do que detinha a supremacia. (CLÁUDIO, 1998, pp.101/102)

Atenuado, assim, o grande medo da partida pela proteção emanada da figura do seu capitão, Barnabé parece, em seu íntimo, estabelecer com este uma silenciosa cumplicidade, favorecida, no decorrer da viagem, pelas suas próprias experiências, já que também ele, como Paulo da Gama, aproximar-se-á da morte e do desconhecido, redimensionando, em consequência disto, sua relação com a vida e, portanto, sua relação com a morte e com o medo da morte. Para Barnabé, o anônimo menino judeu da aldeia de Ucanha, ao norte de Portugal, a viagem para as Índias começa já como uma espécie de libertação dos desacertos anteriores de sua vida, como a morte simbólica de todo um passado e o início de um novo percurso, do qual não se excluía, contudo, a possibilidade do fim definitivo: “E ali mesmo se descerrava o mar, e nele se conteria o ressurgimento definitivo ou a irreversível extinção [...].” (CLÁUDIO, 1998, p. 87) Como parte dessa libertação, a viagem se constitui também como possibilidade de estar longe de Portugal em época de perseguição a cristãos-novos que, como ele, no íntimo, mantinham viva sua crença original. Na medida em que o dia da partida se aproxima e, sobretudo, durante a travessia marítima, a viagem, para ele, passa a se revestir, cada vez mais, de amplos significados, emoldurando-se numa intensa dimensão simbólica, na qual a presença da morte passa a ter um papel fundamental, já anunciado pela idéia de que toda viagem contém em si a experiência da morte, por ser, inevitavelmente, partida, afastamento, ausência.

Se, mesmo para o homem contemporâneo, detentor de tantos supostos conhecimentos sobre a natureza, o mar ainda se configura como um desafio carregado de fascínio e de mistério, para o homem do século XV, naturalmente, o aventurar-se sobre as ondas se constituía como uma façanha que exigia impensáveis esforços de coragem. Fonte de inúmeras ameaças, reais e imaginárias, o mar, “na Europa do começo da Idade Moderna” era “por excelência, o lugar do medo.” (DELEMEAU, 1996, p. 41) Portanto, embarcar para as Índias significava, como talvez nenhuma outra ação, defrontar-se com este sentimento, arriscar-se à morte, o que, em parte, justificaria o indisfarçável terror que dominava Vasco da Gama e que se corporificava, em sua imaginação, na assustadora hidra, habitante de seus delírios. Conduzido ao

universo das navegações pelos acasos de seu percurso, porém mais familiarizado com a perspectiva da morte do que o capitão que chefiava a esquadra, em consequência das suas experiências anteriores — de que a morte de sua primeira amada, Revocata, e do filho que ela esperava, podem servir de exemplo —, Barnabé logo vivenciará as ameaças e a força do “salso argento” (CAMÕES, C.I, 18), protagonizando dois desastres que acabaram por lançá-lo às margens da morte e aos limites do desconhecido.

O primeiro acidente é o naufrágio que acontece ainda nas águas do Atlântico, em decorrência das gigantescas ondas que varrem o convés, causadas pela aterrorizante tromba marítima: o fenômeno, mencionado na epopéia camoniana — com a qual, torna-se desnecessário lembrar, o texto de Mário Cláudio amplamente dialoga —, é descrito no romance com riqueza de detalhes, a partir da desordem e do desespero que tomam conta da tripulação da São Rafael, em suas tentativas para manter a salvo o barco, de onde, em determinado momento, “de roldão foi projetado o de Ucanha” que, em segundos, “volveu à tona, e cobrou fôlego, e reimmergiu, e não atinava com luzeiro, nem com chamamento, e era numa salina catadupa que se despenhava, e encharcavam-se-lhe os pulmões, sem remissão o sugando a fundura.” (CLÁUDIO, 1998, p. 171) Afastado o perigo, dominado, enfim, o navio, encontrou-se Barnabé a flutuar, à espera de socorro, “iluminado por essa placidez que substitui a inicial travessia dos territórios da morte.” (CLÁUDIO, 1998, p.173). Acontecera-lhe que, após as palavras de uma prece milenar vinda da mais funda memória de sua infância judia, surgira à sua frente um anjo, por ele identificado com a imagem de São Rafael que figurava na proa do barco. Ao libertá-lo das aflições do afogamento, o anjo afirmara que ele vencera a “inicial das provações” com que Deus o quisera experimentar, e lhe anunciara “futuros combates”, de onde ele, igualmente, sairia triunfante, já que não havia bastado “descer por uma vez às trevas do extermínio a que sujeita ficou a condição do homem” (CLÁUDIO, 1998, p.173)

Abandonando possíveis e particulares interpretações religiosas, o que parece se delinear nesta passagem é a simbologia da morte como experiência iniciática, é a viagem à morte — ou a uma espécie de morte — e o regresso dela como condições para uma renovação interior, para uma travessia por dentro de si mesmo, possibilitadora de um melhor entendimento do mundo e dos homens, por favorecer o desvendamento de novas dimensões para o mistério em que se constituem, bem como a aquisição de um certo poder que prefiguraria o convívio com o que se acredita da ordem do sobre-humano. Variados rituais de iniciação, em variadas culturas, carregam exatamente esta idéia de “fazer morrer” para que se permita o acesso a outras paragens do conhecimento: “A morte iniciática [...] representa a morte aos olhos do mundo, enquanto superação da condição profana. [...] É um rito de passagem, que simboliza o nascimento de um novo ser”. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, p. 506) Não será, pois, sem motivos que, depois de seu afogamento, Barnabé se transformará, adquirindo serena sabedoria, uma comunhão maior com as coisas e uma aproximação maior com os outros, que toleravam seus alheamentos como geralmente se tolera “a suave doideira que se apodera dos santos.” (CLÁUDIO, 1998, p. 177)

A experiência de regresso da morte se repetirá, quando, já no Índico, são as naus colhidas por fortíssima tempestade, durante a qual uma imensa viga desaba sobre Barnabé, deixando-o ensangüentado, sem sentidos e encharcado pela água do mar. Novamente o fantástico é convocado à narrativa e reaparece o anjo que o recolhe e o conduz a um emblemático vôo, por paragens de mistérios e revelações. E as palavras que o anjo vai murmurando, a quem, pela segunda vez, experimentara a morte, para dela se libertar, remetem, novamente, à idéia de iniciação, de mítica ultrapassagem de limites internos, para a possível abertura a outros territórios, em tudo distantes das manifestações materiais:

[...] agora te visito, Barnabé, para que compreendas, e te despojes das algemas que te ferem os pulsos, e se te desvende o que para além das dunas do medo se situa, e atravessaste a morte de novo, e te alimpaste das chagas que te atormentavam, porque está morto o que vive, e vivo está o que morre, e transpuseste as fronteiras que submetem as criaturas, e por todos os quadrantes do Universo viajarás [...] e não serás tu quem permanece, mas O que me enviou, e perante o Seu trono descansarás da jornada, e às Índias verdadeiras aportastes, pois que sempre se alojaram elas nos ocultos de ti, e de tamanha riqueza te revestes que nenhum reino te ultrapassará [...]. (CLÁUDIO, 1998, pp. 200/201)

Como na compulsiva natação do jovem Paulo da Gama, as duas “mortes” de Barnabé nas águas do mar evocam relações inconscientes do homem com o desconhecido, com um lado obscuro e ambíguo a que se poderá ter acesso através de experiências simbólicas, que se excluem do campo do racional e que podem funcionar como “a passagem de uma porta que dá acesso a outro lugar.” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, p. 506) Como lembra Bachelard, “o *salto no mar* reaviva, mais que qualquer outro acontecimento físico, os ecos de uma iniciação perigosa, de uma iniciação hostil. É a única imagem exata, razoável, a única imagem que se pode viver, do *salto no desconhecido*.” (BACHELARD, 1998, p. 172) Porém, deste salto, num mar real ou metafórico, desta espécie de morte, como vimos, deverá resultar uma forma particular de se relacionar com o mundo e, especialmente, com a morte real, entrevista, sem disfarces, como destino irreversível do ser humano, como viagem inexorável a que todos são condenados. Esta atitude de olhar a morte de frente, de se constituir como sujeito a partir da consciência plena de sua inevitabilidade, pode ser entrevista como uma oposição à referida idéia de “morrer bem”, segundo Blanchot, na qual, como mencionamos, insinua-se a dificuldade de se afirmar a morte, pelo olhar sempre valorizador do mundo. Por outro lado, o íntimo contato com a idéia da presença da morte, vivido ou não como experiência iniciática, invoca semelhanças com outra reflexão do mesmo pensador, a de “poder morrer”, ou seja, a de se fazer da plena consciência da condição mortal a justificativa da vida. Não negando a morte, mas, ao contrário, tendo-a sempre como presença irrecusável, o homem pode se preparar melhor para o fim da existência, não pela busca de consolo em algo que possa ultrapassar o mistério da morte, mas pela justificativa da vida em seus precários limites:

A morte, no horizonte humano, não é o que é dado, é o que há a fazer: uma tarefa, de que nos apoderamos ativamente, que se torna a fonte de nossa atividade e de nosso controle. O homem morre, isso não é nada, mas o homem *é* a partir de sua morte, liga-se fortemente à sua morte, por um vínculo de que ele é o juiz, ele faz a sua morte, faz-se mortal e, por conseguinte, confere-se o poder de fazer e dá ao que faz seu sentido e sua verdade. (BLANCHOT, 1987, p. 93)

O que resulta das dramáticas experiências de Barnabé aparenta-se certamente com esta atitude de “poder morrer”: a partir delas, ficará ele mais consciente de sua condição mortal e, portanto, mais apto para reavaliar a vida e para configurá-la em outra dimensão, conferindo-se, como diz Blanchot, “o poder de fazer” e dando, ao que faz, “seu sentido e sua verdade”. Os seus atos, a partir daí, revestem-se de uma espécie de iluminação, realizados em estreita comunhão com os outros e com a natureza, em intensa valorização da vida, no que ela contém de mais comovidamente humano e precário, e numa subjetiva e mágica convivência com os que, já mortos, reiteram a fragilidade da matéria de que somos feitos. Assim é que, na viagem de volta, vamos surpreendê-lo a evocar os espíritos de quatro companheiros mortos durante a aventura marítima e que, segundo sua compreensão, a ele se manifestam sob a forma de pombas que pousam na amurada da nau: a cada um ele se dirige, a lembrar os motivos variados de suas mortes, em diálogos que reiteram, ao mesmo tempo, a aceitação da morte e a afirmação da vida.

No entanto, muito antes deste apaziguado contato com os mortos da viagem, Barnabé já se sentira, mais que solicitado, assombrado, no sono ou na vigília, pelo fantasma do amigo morto ainda na infância, André Mendes, nadador que, ao contrário de Paulo da Gama, acaba tragado pelas águas, não do mar, mas do rio de Ucanha, embora, como seu espectro ensinará a Barnabé, este rio tenha a amplitude de um mar infinito: “não tem foz o nosso rio, e [...] se estreita, quando pensamos ter chegado ao sítio onde termina, e forma outros cursos, e cada qual em outros vários se espalha, e será assim por infundável tempo até ao Juízo Final.” (CLÁUDIO, 1998, p. 61) A morte e o fantasma de André permeiam várias passagens da narrativa, adquirindo especial significado não apenas como elemento antecipador das posteriores experiências de morte de Barnabé, mas também como elemento deflagrador de uma certa predisposição da personagem para a intimidade com a idéia da morte, cuja insistente presença no romance confirma a natureza desta viagem às Índias, recriada por Mário Cláudio, como uma viagem que “exprime um desejo profundo de mudança interior, uma necessidade de experiências novas, mais do que um deslocamento físico” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, p. 952), identificando-se, assim, com as viagens simbólicas que constituem o núcleo de variados mitos em variadas civilizações, retomadas, com freqüência, pela literatura de todas as épocas. No livro de Mário Cláudio, a viagem, a peregrinação — ressaltando-se o sentido mítico deste termo — é, afinal, a viagem “em direção ao centro” (CHEVALEIR; GHEERBRANT, 2001, p. 951), numa reavaliação de valores humanos e históricos em que assume o lugar central o desconhecido marujo, mais tarde transformado em mendigo, exilado das glórias do mundo e, no entanto, mais integrado à vida do que o histórico capitão que comandou a esquadra e que, no livro, tem

sua importância empalidecida, por não ter sido submetido às experiências viscerais que deram a Barnabé — como, antes, de certa forma, a Paulo da Gama — uma espécie de domínio sobre o medo e sobre a morte, em benefício, afinal, do tempo da vida. Como afirma o próprio Mário Cláudio:

Costumo dizer que é um romance de crença, de alguma religiosidade, de alguma espiritualidade, em que, de facto, o que está em causa é a viagem que nós próprios fazemos interiormente, e sobretudo a viagem que fazemos em torno do problema da morte. É fundamentalmente a afirmação de que o cabo das Tormentas, ali e em cada um de nós, é a morte. (CLÁUDIO, 1998 b).

Em vista disto, torna-se mais uma vez evidente a relativização conferida pelo romance à viagem histórica, transformada, entre outras coisas, em pretexto para a construção dessa viagem metafórica que, ultrapassando o relato sobre a travessia dos mares reais, exhibe a construção de uma outra travessia, em direção a um outro Oriente, que se realiza, silenciosamente, nos espaços da subjetividade, concretizando-se, porém, antes de tudo, como uma viagem na escrita e pela escrita, território virtual onde todo real se transfigura e onde a questão da morte, sob múltiplos ângulos, sempre se faz presente. Ao admitir que a principal questão de seu romance “é a viagem que fazemos em torno do problema da morte”, Mário Cláudio, na verdade, vai além de uma questão temática e específica deste livro e nos provoca a possibilidade de reflexões mais amplas sobre as relações entre escrita e morte, matéria inerente a todo texto literário e à especificidade da tarefa do escritor. Dos vários percursos que tais reflexões podem tomar, desde a concepção da criação artística como forma de iludir a morte, sobrevivendo o escritor através da permanência da obra, até a fundamental questão de que a escrita é a ausência do referente, constituindo-se, pois, como criação sobre o que já é morte (BLANCHOT, 1997, pp. 311/312), optamos por registrar o que nos parece mais coerente com a essência da viagem narrada no romance: o escritor escreve justamente por estar plenamente consciente da morte, lúcido diante de tal evidência, fato que lhe permite, por ajudá-lo a libertar-se do medo paralisador e de uma passiva espera pelo que se desconhece, o poder de justificar a vida pelo trabalho de criação. É sobre esta aparente contradição que fala ainda Blanchot, quando, a partir da análise de um fragmento de Kafka, em que este fala de sua “aptidão para poder morrer contente” (BLANCHOT, 1987, p. 86) afirma:

Não se pode escrever se não se permanece senhor de si perante a morte, se não se estabelece com ela relações de soberania. [...] Kafka sente aqui profundamente que a arte é relação com a morte. Por que a morte? Porque ela é o extremo. Quem dispõe dela, dispõe extremamente de si, está ligado a tudo que pode, é integralmente poder. A arte é senhora do momento supremo, é senhora suprema. (BLANCHOT, 1987, p. 87)

Deste ponto de vista, portanto, identificam-se as viagens de Barnabé e de seu criador: para ambos, o aprendizado de “poder morrer” — para um, nas águas do oceano, para outro, nas linhas da escrita — potencializa o ato de viver e de criar, abre passagens para novos sentidos, justifica a liberdade das

escolhas e neutraliza o medo. Para ambos, a relação com a morte acarreta, paradoxalmente, renovada força de ação existencial, desafiando-os através de seu contraditório estatuto, evidenciado já na epígrafe do romance, retirada de um documento cisterciense do século XIII, em que a morte é invocada na ambigüidade que a constitui, entre outras coisas, como “abismo da perda, para atingir a salvação”. Certamente atento ao fato de que “a epígrafe representa o livro [...], infere-o, resume-o” (COMPAGNON, 1996, p. 80), Mário Cláudio parece ter pretendido sugerir de imediato, ao leitor, a questão nuclear que orienta o roteiro das viagens que se entrecruzam em seu romance.

Referências:

- BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- _____. *A parte do fogo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição organizada por Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto Editora, s/d.
- CLÁUDIO, Mário. *Peregrinação de Barnabé das Índias*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- _____. A oculta viagem de Vasco da Gama. Entrevista concedida a Luísa Mellid-Franco. In: *Expresso*. Lisboa, 04 de julho de 1998 (b).
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente – 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.